



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS -

REDE PESCA BRASIL

COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS ATUNS E AFINS (ATUNS E AFINS)

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

REUNIÃO MISTA

BRASÍLIA - DF, 01 e 02 de abril de 2026

1. ABERTURA

A 9ª Reunião Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Atuns e Afins (CPG Atuns e Afins) ocorreu nos dias 01 e 02 de abril de 2026, de forma mista, sendo presencial em Brasília - DF, e remota por videoconferência pelo aplicativo Microsoft Teams.

A Secretária Executiva do CPG, Sra. Sandra Souza, cumprimentou os participantes e leu as orientações para a condução da reunião mista. Destacou o respeito ao tempo de fala, o uso da função "levantar a mão" no aplicativo para pedir a palavra, microfones desligados fora do momento de fala e câmeras ligadas, e o respeito entre os participantes. Foi reforçada a necessidade de assinatura da lista de presença, tanto virtual quanto presencial. Em sequência, deu início à apresentação dos participantes.

Após a apresentação dos participantes, agradeceu a participação de todos ressaltando que a reunião foi antecipada para as 8h devido à cerimônia de posse do novo ministro da pesca, que ocorreria no MPA pela manhã.

2. PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 9ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins, realizada de forma mista por videoconferência:

- Secretaria-Executiva do CPG Atuns e Afins

Senhora Sandra Souza (Secretária Executiva)

Senhora Mônica Cavalcanti (Apoio Técnico)

Senhora Thamires Bride (Apoio Técnico)

Senhor Caio Faro (Apoio Técnico)

Senhora Ananda Lima (Apoio Administrativo)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhora Clarice Aoto (Apoio Administrativo)

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Senhor Alex Souza Lira (SERMOP)

Senhora Adayse Bossolani (SNPA)

Senhor Daniel Henrique Cabral (SNPI)

Senhora Rafaela Maria de Brito (SNPA)

Senhora Esther Mirian Mesquita (SNPI)

Senhora Ana Paula Doin (SNPI)

Senhora Daniele Carvalho (SNPI)

Senhora Luciana Santana (SNPI)

Senhora Sabrina de Oliveira (SE)

Senhora Jeandria Freire (SE)

- Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Senhor Gilberto Sales

Senhor Antônio Lezama

- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Senhor Mauro Costa Cavalcante Filho

- Estado-Maior da Armada da Marinha do Brasil (MB/MD)

Senhora Comandante Fernanda Arentz

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)

Senhora Cláudia Zagaglia

Senhor Igor Silva

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Senhora Mônica Peres

Senhora Angela Zaccaron

Senhor Silvio de Souza

Senhor Mariano Giampier Torpoco



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhor Jean Gadea (Convidado)

- Secretaria da Agricultura da Pecuária e da Pesca do Estado do Rio Grande do Norte (SAPE/RN)

Senhor Francisco Corcino de Souza

- Secretaria da Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará (SPA-CE)

Senhor Luiz Vieira de França Neto

- Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)

Senhora Laís Pestana

Senhor Jairo Gund

- Associação Brasileira de Engenharia de Pesca (ABEP)

Senhora Patrícia Barros Pinheiro

- Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI)

Senhor Frank Max Marques

- Associação Nacional dos Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras (PESCA-BR)

Senhor Antônio Carlos Corrêa

Senhor Giovani Monteiro

Senhor Marco Aurelio Bailon (Convidado)

- Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE)

Senhor Carlos Eduardo Villaça

Senhor Jonathan Moraes

Senhora Carla Tolentino

Senhora Francine Ramos (Convidada)

- Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR)

Senhor Elizeu Augusto de Brito



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins (FNTTAA)

Senhor Antonio Hisashi Miki

- Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Rio Grande do Norte (SINDIPESCA-RN)

Senhor Rodrigo Hazin

- Sindicato das Indústrias de Frio e Pesca do Estado do Ceará (SINDIFRIO-CE)

Senhor Fernando Botelho

Senhor Paulo de Tarso Gonçalves

- Sindicato das Indústrias de Pesca, da Aquicultura e das Empresas Armadoras, Armadores e Proprietários de Embarcações de Pesca do Estado do Pará - (SINPESCA)

Senhor Apoliano do Nascimento

- Sindicato dos Armadores da Pesca do Estado do Rio Grande do Sul (SINDARPES-RS)

Senhor Alexandre Carinha Novo

- Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI)

Senhora Thaíza Maria Barreto

Senhora Geysa Marinho

Senhor Joaquim Anacleto

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará (SFPA-CE)

Senhor Felipe Augusto Goyanna

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado da Paraíba (SFPA-PB)

Senhora Priscilla Celes Lima

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Rio Grande do Sul (SFPA-RS)

Senhora Ana Luiza Spinelli



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhora Herica Pereira Rodrigues

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Rio Grande do Norte (SFPA-RN)

Senhora Thaiza Lorena Fernandes

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado de Santa Catarina (SFPA-SC)

Senhora Mariana Paul de Souza Mattos

- Superintendência Federal de Pesca e Aquicultura do Estado do Sergipe (SFPA-SE)

Senhora Ítala Sobral

Senhor Thiago Holanda Basilio

- Grupo Técnico-Científico do CPG Atuns e Afins (GTC)

Senhor Rodrigo Sant'Ana (Coordenador do GTC)

- Secretaria da Pesca e Aquicultura do Estado do Amapá (SEPAQ-AP)

Senhor Francisco Pereira Canafistula

- Associação de Qualificação Social dos Armadores e Proprietários de Barcos de Pesca do Estado do Ceará (QUALIPESC)

Senhor Emanuel Neves

Senhor Wilson Justiniano

Senhor Vinícius Seixas

- Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC)

Senhor André Luiz Dutra Mattos

Senhor Wilson Luiz Juliano dos Santos

- Federação dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura do Ceará (FETAPE-CE)

Senhor Raimundo Felix

- Global Fishing Watch (GFW)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Senhora Luana Sêga

- Oceana Brasil

Senhor Martin Dias

Senhor Caio Minei

- Secretaria Municipal de Aquicultura e Pesca de Itapemirim (SEMAP)

Senhor Ulysses Vieira Raposo

- Associação dos Pescadores e Armadores de Itapemirim (APAI PESCA)

Senhor Miquéias Carvalho

- Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

Senhor Humberto Gomes Hazin

- Instituto Sea Shepherd Brasil (Sea Shepherd)

Senhor Juan Pablo Torres-Florez

Senhora Nathalie Gil

- CLS Brasil

Senhor Júlio Pellegrini

Senhor Luiz Rodrigues

- Centro de Desenvolvimento de Pesca Sustentável do Brasil (CEDEPESCA BRASIL)

Senhora Rochelle Cruz

- Embrapa Pesca e Aquicultura (EMBRAPA)

Senhora Inajara Bezerra Oliveira

LISTA DE SIGLAS



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Com intuito de trazer maior clareza acerca das siglas utilizadas ao longo da reunião se fez necessário a construção da lista de siglas abaixo para maior compreensão dos leitores.

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BBNJ	<i>Biodiversity Beyond National Jurisdiction Agreement</i> , em português: Acordo sobre a Biodiversidade Além da Jurisdição Nacional
BET	Bigeye Tuna: albacora-bandolim, <i>Thunnus obesus</i>
BLF	Blackfin Tuna: atum-preto, <i>Thunnus atlanticus</i>
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
COP	Conferência das Partes
GT	Grupo de Trabalho
GTC	Grupo Técnico-Científico
ICCAT	Comissão Internacional para a Conservação do Atum no Atlântico
INI MPA/MMA nº 10/2011	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011
INI MPA/MMA nº 07/2014	Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 7, de 30 de outubro de 2014
IN IBAMA nº 9/2026	Instrução Normativa IBAMA nº 9, de 26 de março de 2026
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MPA	Ministério Da Pesca e Aquicultura
NDF	<i>Non-Detrimental Finding</i> , em português: Parecer de Extração Não Prejudicial
OROP	Organização Regional de Gestão da Pesca
Portaria nº 30/2025	Portaria Interministerial MPA/MMA nº 30, de 22 de abril de 2025



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

PREPS	Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite
PROPESC	Programa Nacional de Regularização das Embarcação de Pesca
REC	Recomendação
SERMOP	Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SNPA	Secretaria Nacional de Pesca Artesanal
SNPI	Secretaria Nacional de Pesca Industrial, Amadora e Esportiva
SKJ	Skipjack Tuna: bonito-listrado, <i>Katsuwonus pelamis</i>
YFT	Yellowfin Tuna: albacora-lage, <i>Thunnus albacares</i>

3. APROVAÇÃO DA AGENDA

A Sra. Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, apresentou a nova versão da agenda da 9ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins para aprovação, dada as modificações decorrentes da alteração de horários.

O Sr. Carlos Eduardo Villaça (CONEPE), a ser chamado na ata por Cadu Villaça, solicitou a inclusão da discussão sobre a [IN IBAMA nº 9/2026](#), publicada pelo IBAMA após envio da agenda definitiva, prioritário de ser tratado devido ao impacto no setor. A Sra. Thaíza Barreto (SINDIPI) reforçou pedido por esclarecimentos práticos e operacionais sobre a aplicação da norma e sua compatibilidade com a gestão compartilhada. O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) concordou com a inclusão, classificando a norma como grave e questionando seus impactos sobre o CPG e a gestão participativa.

A Sra. Sandra Souza, para otimizar o tempo da reunião, organizou as manifestações e indicou a inclusão da discussão na agenda, com apoio registrado pela Sra. Laís Pestana (ABIPECA) e concordância da PESCA-BR e da QUALIPESC, devido à relevância do tema. Definiu-se a inserção do assunto na pauta “Demais Demandas de Ordenamento”, no segundo dia de reunião. A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) questionou o formato da abordagem, sendo esclarecido que se trataria de momento para dúvidas.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Rodrigo Sant'Ana, coordenador do GTC, manifestou preocupação com a ausência de conhecimento prévio sobre o NDF pelo subcomitê científico, criticando a falta de transparência e de discussão prévia no CPG com participação na construção do instrumento. Avaliou inadequado debater a norma sem acesso aos fundamentos técnicos, apontando prejuízo à participação, confiança e legitimidade do processo.

Diante da complexidade, a Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) propôs a realização de reunião extraordinária na semana seguinte para tratar exclusivamente do NDF, com apresentação detalhada pelo IBAMA.

O Sr. Igor Brito (IBAMA) informou que o NDF está publicado na página da CITES. Ademais, concordou que seria adequado realizar uma reunião específica se entenderem que realmente o conteúdo seria volumoso, sugerindo uma reunião extraordinária virtual, com envio prévio de questionamentos e participação de técnicos do IBAMA.

O Sr. Antônio Carlos Corrêa (PESCA-BR) manifestou indignação com o pedido de mais tempo pelo IBAMA para discutir tema já recorrente no CPG, além de ter sido recém apresentado na COP 15. Por isso considerou a situação estranha e defendeu que o assunto seja tratado com urgência e maior aprofundamento.

A Sra. Sandra Souza esclareceu que a proposta de reunião extraordinária partiu da coordenação do CPG, visando ampliar o tempo para debate qualificado, e não do IBAMA. Ademais, encerrou as inscrições de fala.

O Sr. Cadu Villaça agradeceu a inclusão do tema e a disposição do IBAMA em prestar esclarecimentos. Porém, sugeriu que a discussão inicial ocorresse ainda nesta reunião ordinária, com abordagem mais objetiva para o setor destacar suas dúvidas. Também destacou dificuldade de participação caso a reunião fosse na semana seguinte.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) manifestou preocupação com a transparência e participação no processo, criticando que a disponibilização do NDF apenas no site da CITES e em língua estrangeira, o que limita o acesso e fragiliza a gestão participativa. Criticou ainda o fato de o tema ter sido apresentado em outros fóruns, como a COP 15, antes de ser discutido no CPG, considerado o espaço adequado. Ressaltou que a ausência de debate prévio sobre a base técnica reduz o papel do comitê à mera compreensão de decisões já tomadas, citando desconforto quanto à uma fala do representante do MMA, Sr. Gilberto Sales, numa reunião anterior do CPG de que "O CPG era meramente consultivo, e não



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

deliberativo”. Por fim, defendeu maior respeito aos ritos participativos e fortalecimento do processo consultivo.

O Sr. Jairo Gund (ABIPESCA) destacou que, embora o CPG seja consultivo, a condução do processo fragilizou a governança, solicitando que o IBAMA apresentasse o embasamento legal e científico da norma, especialmente quanto às competências institucionais e à gestão compartilhada. Apontou insegurança jurídica em temas como análises laboratoriais, destacando possíveis conflitos com atribuições do MAPA e da ANVISA, além de divergências em critérios como o uso de arsênio total, ausência de clareza sobre amostragem e impactos econômicos ao setor.

A Sra. Laís Pestana (ABIPESCA) apoiou a realização de reunião extraordinária, sugerindo inclusão de MAPA e ANVISA e propondo data posterior por conflitos de agenda.

O Sr. Gilberto Sales (MMA) reforçou a importância do CPG como espaço consultivo relevante, defendendo seu fortalecimento com transparência, e contextualizou a complexidade das competências institucionais, marcadas por sobreposições e lacunas históricas. Mencionou a necessidade de revisão legislativa ampla para sanar essas inconsistências e reafirmou o papel do CPG como principal fórum de discussão.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) sugeriu antecipar um debate preliminar com o IBAMA para organizar dúvidas e otimizar a reunião extraordinária, além de alertar para preocupações com o conteúdo do NDF e possíveis impactos na imagem do Brasil na ICCAT.

A Sra. Sandra Souza encaminhou a realização de reunião extraordinária no final de abril e propôs que o setor sistematizasse questionamentos previamente para serem apontados no dia seguinte na pauta de demais demandas de ordenamento.

O Sr. Igor de Brito (IBAMA) indicou disponibilidade na semana do dia 13 de abril para a extraordinária, e se disponibilizou para esclarecimentos prévios no dia seguinte.

Após discussão de agendas, a coordenação indicou que a data seria definida durante a discussão das recomendações, sendo a agenda aprovada com inclusão do tema em “demais demandas de ordenamento”, encerrando esta pauta.



4. APROVAÇÃO DA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CPG ATUNS E AFINS

A Sra. Sandra Souza informou que não houve contribuições na ata da 7ª Reunião Ordinária, havendo aprovação da ata por consenso. Assim, informou previsão de publicação da ata no site do MPA até a semana seguinte. Em seguida, anunciou início da pauta sobre o acordo BBNJ, a ser apresentado pela SNPI-MPA.

6. ACORDO SOBRE A CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE MARINHA EM ÁREAS ALÉM DA JURISDIÇÃO NACIONAL

A Sra. Thamires Bride (SNPI-MPA) apresentou o acordo BBNJ, ligado à Convenção do Direito do Mar, voltado à conservação e uso sustentável da biodiversidade em áreas além da jurisdição nacional (alto-mar). Destacou quatro eixos: recursos genéticos marinhos, áreas protegidas, avaliação de impacto ambiental e transferência de tecnologia. Ressaltou princípios como cooperação internacional, base científica, inclusão e redução de desigualdades. Informou que o acordo levou mais de 20 anos para ser concluído, entrou em vigor no Brasil em 2026 e impacta a pesca em águas internacionais, e que o MPA tem atuado para garantir que a pesca não seja tratada como recurso genético e que decisões considerem OROPs em vigor, como a ICCAT. Ademais, afirmou que o acordo ainda está em fase inicial, sem definições práticas consolidadas.

A Sra. Sandra Souza agradeceu e abriu para dúvidas.

O Sr. Gilberto Sales (MMA) agradeceu a apresentação e destacou a necessidade de mobilização conjunta do setor pesqueiro e do MPA nas discussões do BBNJ, diante de seus impactos sobre atuns e afins. Apontou lacuna no Atlântico Sul quanto a organismo regional de gestão e mencionou iniciativas como o projeto GEP e o Revimar. Ressaltou a importância de atuação proativa, incluindo a proposição de áreas protegidas de uso sustentável, evitando postura apenas reativa às restrições.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Thamires Bride reiterou a importância de incluir o CPG e o GTC nas discussões do BBNJ, destacando o papel do grupo técnico no assessoramento em acordos internacionais.

A Comandante Fernanda Arentz (MB-MD) esclareceu que a Elevação do Rio Grande é pleito brasileiro junto à ONU e, caso reconhecida, garantirá direitos sobre solo e subsolo, permanecendo a coluna d'água como alto mar. Ressaltou a possibilidade de criação de áreas protegidas sobre essas regiões no âmbito do BBNJ, apontando desafios de gestão tridimensional e informando que o pleito ainda se encontrava em análise.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) apontou grande distanciamento entre as discussões técnico-diplomáticas e a realidade do setor pesqueiro, criticando a predominância de uma visão ambientalista dissociada da produção e da realidade socioeconômica.

A Sra. Thaíza Barreto (SINDIPI) manifestou preocupação com possível desalinhamento institucional entre MPA, MMA e outros órgãos, especialmente diante de iniciativas voltadas à criação de áreas protegidas que podem impactar a pesca. Indagou qual a diretriz prioritária do país quanto ao BBNJ, incluindo impactos sobre soberania e acesso às áreas de pesca.

A Sra. Thamires esclareceu que o alinhamento ocorre via MRE, que consolida contribuições técnicas dos ministérios. Informou que, apesar da recente ratificação pelo Brasil, ainda não havia posicionamento final consolidado, embora contribuições do MPA tenham sido consideradas no texto do acordo.

O Sr. Gilberto Sales ressaltou a importância da integração institucional, reconhecendo dificuldades práticas. Sugeriu maior participação de órgãos como IBAMA e ICMBio no CPG e indicou a CIRM como espaço relevante de articulação. Propôs convite a representantes do MMA para futuras reuniões.

A Sr.^a Sandra Souza registrou a sugestão e informou sobre a programação do intervalo, com *coffee break* servido às 10:30 e projeção da cerimônia de posse do Ministro para os participantes presenciais.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) destacou o protagonismo do Brasil na adoção de medidas mitigadoras, como proibição do *finning*, uso de anzol circular, proteção de aves e presença de observadores. Ressaltou a atuação da frota em águas internacionais, desafios de fiscalização e a necessidade de valorização dessas ações.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Laís Pestana (ABIPESCA) manifestou preocupação com propostas de áreas protegidas no Sul Global e com a falta de clareza sobre seus impactos. Criticou a baixa participação social, o predomínio do inglês e a limitada inclusão do setor, destacando a ausência de ciência pesqueira e de OROPs.

A Sr.^a Thamires Bride reiterou que as preocupações do setor eram compartilhadas pelo MPA e informou esforços para inclusão de representantes da ciência pesqueira e da ICCAT nas discussões, bem como articulações junto ao MRE. A Sr.^a Laís Pestana reforçou a percepção de distanciamento entre ciência e realidade social, questionando a efetividade da participação social nos processos.

O Prof. Rodrigo Sant'Ana reconheceu limitações de representatividade no simpósio, destacando que o BBNJ ainda se encontrava em fase inicial no que tange à pesca, com maior avanço na temática de mar profundo. Defendeu maior participação de cientistas pesqueiros e integração com OROPs, ressaltando a necessidade de ampliar a representatividade diante do avanço da agenda.

O Sr. Gilberto Sales reforçou que o foco inicial do BBNJ incidia sobre o fundo marinho e mineração, mas alertou para a necessidade de ocupação do espaço pelo setor pesqueiro. Mencionou a importância da ZOPACAS como fórum estratégico e sugeriu maior atuação do CPG nesse contexto.

A Sr.^a Sandra Souza encerrou o bloco, agradeceu a apresentação e informou intervalo, com retorno previsto às 11h. Após o intervalo, se iniciaria a próxima pauta.

7. REC 9/2025: METODOLOGIA UTILIZADA PARA DETERMINAR CRUZEIROS DE PESCA E LARGADA NOTURNA

A Sra. Thamires Bride (SNPI-MPA) informou que o IBAMA não realizaria a apresentação da REC 09/2025, visto que o Instituto encaminhou ao MPA um Ofício explicando que a metodologia de análise da largada noturna é aplicada caso a caso e possui caráter sigiloso por envolver fiscalização. Acrescentou que o órgão também entendeu que a recomendação não se alinha aos objetivos do CPG, por se tratar de tema não diretamente ligado ao seu caráter consultivo.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Em complemento, a Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) esclareceu que as avaliações utilizam dados de mapas de bordo e rastreamento por satélite, destacando divergências frequentes entre horários declarados e observados, sendo a análise baseada no almanaque marítimo e realizada individualmente para cada embarcação.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) questionou a recente intensificação das autuações, destacando que por anos não houve esse tipo de penalização e criticando a ausência de flagrante e a utilização de metodologias não transparentes. Defendeu a revisão das multas e apontou insegurança jurídica ao setor, sugerindo construção de alternativas mais equilibradas e uso de dispositivos eletrônicos.

A Sra. Cláudia Zagaglia apontou o monitoramento eletrônico por imagens e a atuação de observadores como alternativas para aprimorar o controle, além de reforçar a necessidade de avaliação do cumprimento da cobertura mínima de observadores.

O Sr. Giovani Monteiro reiterou a necessidade de maior transparência, contestou penalizações baseadas em diferenças mínimas de horário e defendeu revisão das multas e adoção de soluções tecnológicas mais confiáveis.

A Sra. Laís Pestana (ABIPESCA) mencionou a existência de painel do MPA com dados sobre observadores de bordo, indicando possível cumprimento da meta, mas ressaltou a necessidade de discutir previamente o embarque de servidores, para garantir clareza de funções e segurança ao setor, evitando conflitos quanto ao papel não fiscalizador dos observadores.

O prof. Rodrigo Sant'Ana (GTC) informou que o Brasil não atingiu os percentuais mínimos de cobertura de observadores exigidos pela ICCAT, com menos de 2% no espinhel e ausência no cerco, com base em dados de 2024 reportados em 2025, o que motivou questionamentos internacionais. Destacou ainda a necessidade de maior transparência e padronização nos critérios de fiscalização, defendendo a definição clara das metodologias, bases de dados e margens de erro utilizadas nos processos.

A Sra. Cláudia Zagaglia esclareceu que a norma de 2014 não prevê tolerância quanto ao horário da largada, vinculando a fiscalização ao almanaque marítimo, o que limita a atuação do fiscal mesmo em diferenças mínimas, embora reconheça a possibilidade de evolução normativa com apoio técnico.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Thamires Bride organizou a ordem das falas e indicou que os encaminhamentos foram anotados e seriam tratados nas recomendações.

O prof. Rodrigo Sant'Ana esclareceu que não defendia flexibilização da norma, mas maior clareza e transparência nos critérios adotados, especialmente na definição da largada noturna, pois não se recordava de haver clareza acerca do uso do Almanaque da Marinha. Destacou a necessidade de explicitar os parâmetros nos atos normativos, a fim de evitar divergências e garantir previsibilidade aos fiscalizados.

O Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) informou que o painel de monitoramento permanece disponível, mas com defasagens de atualização, e explicou que os dados refletem apenas cruzeiros completos. Destacou que a cobertura de observadores ainda está abaixo do mínimo exigido pela ICCAT e que há dificuldades operacionais para embarques, demandando definição de métricas de esforço e estratégias para ampliação da cobertura. Em complemento, detalhou as funcionalidades do painel, incluindo dados de cruzeiros, dias de mar, embarcações monitoradas e futuras informações sobre desembarques, reconhecendo avanços, apesar das limitações existentes.

A Sra. Laís Pestana (ABIPESCA) agradeceu os esclarecimentos sobre o painel e sugeriu a elaboração de relatório com os principais entraves ao embarque de observadores, visando aprimorar o cumprimento da medida.

A Sra. Zagaglia (IBAMA) defendeu a adoção de medidas mais firmes para garantir o cumprimento da obrigação, incluindo possível normatização com responsabilidades por embarcação e eventual substituição por observadores governamentais.

O Sr. Miqueias Carvalho (APAI PESCA) solicitou a fala reforçando preocupações com autuações e necessidade de maior diálogo sobre os critérios de fiscalização.

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) reafirmou encerramento das inscrições, registrando pedidos de fala adicionais da APAI PESCA e da PESCA-BR para momento posterior. Ademais, encerrou a discussão e encaminhou a pauta seguinte.

8. PLANO NACIONAL DE ESTATÍSTICA PESQUEIRA

O Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) apresentou o Plano Nacional de Monitoramento e Estatística Pesqueira e Aquícola, destacando a necessidade de integrar e estruturar os



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

dados no país, atualmente considerados dispersos, descontínuos e não integrados. Explicou que a proposta tem abrangência nacional, envolve articulação entre MPA e MMA e busca consolidar informações essenciais para gestão pesqueira, incluindo avaliação de estoques e definição de políticas. Ressaltou a existência de arcabouço legal que fundamenta a iniciativa, bem como a intenção de revogar o antigo modelo do SINPESQ e instituir uma rede integrada com participação de diversas instituições.

Informou que o plano funcionará como um instrumento orientador, acompanhado de outros atos normativos, incluindo comitê técnico e procedimentos operacionais. Também destacou limitações orçamentárias e a necessidade de parcerias. Por fim, apontou que o sistema “Pesque Brasil Estat” será criado para integrar dados e apoiar a tomada de decisão.

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) agradeceu a apresentação e destacou sua relevância para o setor.

O Sr. Roberto Gallucci (MMA) elogiou a iniciativa e reforçou a importância do monitoramento como base da gestão pesqueira, ressaltando a necessidade de integração entre instituições e integração de dados, inclusive de projetos como PMAP e ICMBio.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) elogiou a apresentação exaltando boas expectativas para o Plano. Ademais, questionou a participação de empreendimentos privados no plano. O Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) esclareceu que o plano prevê inclusão de atores públicos e privados, envolvendo toda a cadeia do licenciamento, com foco na formalização e qualificação técnica da geração e compartilhamento de dados.

A Sra. Zagaglia complementou relatando dificuldades na padronização da coleta de dados, destacando perda de qualidade devido à agregação de espécies e a importância de coordenação para atender demandas de gestão. O Sr. Alex Lira confirmou o problema e informou que o plano prevê padronização metodológica e rigor taxonômico, definidos de forma colaborativa.

O Sr. Rodrigo Sant’Ana (GTC) elogiou a iniciativa, ressaltando a relevância dos PMAPs e da integração de dados, inclusive socioeconômicos, como base para a gestão. O Sr. Alex Lira reforçou a importância da padronização com flexibilidade metodológica.

Na ausência de novas manifestações, a Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) encerrou a pauta e indicou o intervalo para almoço.



Período da tarde

Sessão Albacora-branca

Após o retorno do almoço, a Sra. Thamires Bride (SNPI-MPA) comunicou abertura da Sessão Albacora-branca, cuja primeira pauta seria referente à REC 01/2025C, oriunda da 8ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins, a ser apresentada por representante do Departamento da Indústria do Pescado da SNPI.

9. REC 1/2025C INCENTIVO A CADEIA PRODUTIVA DA ALBACORA-BRANCA

O Sr. Daniel Cabral (SNPI-MPA) apresentou proposta para desenvolvimento da cadeia produtiva da Albacora-branca, destacando que o Brasil subaproveita um recurso com disponibilidade no Atlântico Sul e vantagem competitiva geográfica. Ressaltou que o estoque é subexplorado e que o país utiliza apenas parte de sua cota, enquanto outras nações operam na região. Também defendeu o aprimoramento da captura com adoção de tecnologias mais eficientes e a diversificação industrial, especialmente para o mercado internacional. Indicou a necessidade de articulação entre setor produtivo, governo e pesquisa, enfatizando o papel estratégico da estatística e da ciência. Por fim, propôs a realização de seminário para fomentar o aproveitamento sustentável do recurso.

A Sra. Thamires Bride abriu para dúvidas e discussão.

O Sr. Wilson Santos (FIESC) destacou que, apesar do potencial da Albacora-branca, a baixa captura limita o abastecimento industrial. Ressaltou a relevância da pesca com isca-viva, especialmente no inverno, e apontou que restrições nesse período impactam a produção e o aproveitamento do recurso.

A Sra. Mônica Peres (ICMBio) destacou o uso do *deep setting* como alternativa sustentável, reduzindo significativamente o *bycatch* e permitindo diversificar a captura diante de restrições de outras espécies, colocando o ICMBio à disposição para iniciativas e incentivos.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Thamires Bride informou que o ordenamento analisaria, ao longo de 2026, norma transitória para *deep setting* e *trapline*, buscando integrar interesses, projetos e setor produtivo.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) ressaltou o potencial produtivo e de mercado da Albacora-branca, mas alertou para limitações regulatórias, especialmente licenças suspensas e captura associada a outras espécies, como BET e YFT.

A Sra. Thamires Bride esclareceu não ser possível, no momento, emitir licenças específicas para captura de Albacora-branca, devido ao contexto das cotas e das frotas de atuns.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) afirmou que, apesar do potencial do recurso, a insegurança jurídica e institucional inviabiliza investimentos no cenário atual. Considerou válida a realização de seminário, mas defendeu foco em ajustes administrativos para viabilizar a atividade.

O Sr. Daniel Cabral concordou com a análise e defendeu atuação do governo para identificar gargalos, propondo seminário para integrar setor, indústria e pesquisa.

O Sr. Miquéias Carvalho (APAI PESCA) sugeriu que, com o PROPESC e o possível cancelamento de licenças, estas poderiam ser reaproveitadas em novos modelos de pesca direcionada à albacora-branca, inclusive no Espírito Santo.

A Sra. Thamires Bride destacou que os dados do PROPESC subsidiarão a revisão da INI nº 10/2011, permitindo avaliar abertura ou não de vagas conforme a frota cadastrada e servindo de base para uma melhor gestão pesqueira.

O Sr. Miquéias Carvalho também levantou a questão de embarcações clandestinas e a importância de aproveitar o PROPESC para se regularizarem. Porém, a Sra. Thamires pontuou que apesar de as inscrições para as vistorias públicas já terem se encerrado, as vistorias privadas continuam, e incentivou o cadastramento.

A Sra. Laís Pestana (ABIPECA) questionou se já há dados sobre o espinhel profundo e seus impactos na composição da captura, uma vez que deixa de pegar macrofauna, e se já tem dados que indiquem redução na pressão sobre a BET e YFT.

A Sra. Mônica Peres (ICMBio) respondeu que ainda não há testes nacionais, mas estudos indicam redução significativa de *bycatch*, melhora na qualidade do pescado e



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

potencial alteração na composição das capturas, com menor incidência de espécies superficiais.

A Sra. Thamires Bride retificou que o PROPESC visa apenas regularizar embarcações já registradas, não tratando de novos registros.

O Sr. Wilson Santos apresentou dados da ICCAT de 2024, destacando que a albacora representa cerca de 10% das capturas globais entre tunídeos, com menor participação em relação a outras espécies, enquanto o Brasil capturou apenas 623 t, menos de 1%.

A Sra. Thamires Bride passou a palavra ao Sr. Daniel Cabral para um comentário final, que reforçou o convite para realização de seminário sobre albacora-branca e sugeriu inseri-lo em conferência nacional, abordando gargalos e soluções. Por fim, Thamires agradeceu as participações e encerrou a pauta.

10. PROPOSTA DE MEDIDAS DE ORDENAMENTO, REGISTRO E MONITORAMENTO PARA A ALBACORA-BANDOLIM EM 2026

A Sra. Thamires Bride (SNPI-MPA) informou ajustes nas normas de ordenamento para 2026, propondo três instrumentos: dois anuais, sobre limites de captura e sua alocação, e um permanente, voltado ao monitoramento, controle e fiscalização da Albacora-bandolim, visando maior eficiência e segurança ao setor. Destacou que a medida decorreu de discussões anteriores e permitirá melhor gestão das cotas.

A Sra. Mônica Peres (ICMBio) solicitou esclarecimentos sobre a adoção de norma anual específica para a Albacora-bandolim.

O Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) explicou que os limites de captura serão aplicados globalmente às espécies-alvo, enquanto normas específicas de monitoramento ainda avançarão gradualmente para outras espécies, como Albacora-laje (YFT), bonito-listrado (SKJ) e Espadarte. Destacou a necessidade de maior controle, especialmente para o SKJ, diante de sua relevância no Brasil, e mencionou discussões na ICCAT sobre gestão multiestoques.

Em sequência, apresentou os cinco painéis de monitoramento (Albacora-bandolim, Albacora-laje, Tubarão-azul, Espadarte e Bonito-listrado), com dados de captura



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

atualizados até março de 2026 com base nos mapas de bordo, visando ampliar a transparência ativa. Explicou que os painéis permitem acompanhar a produção acumulada mensal e por frota. Informou que os dados de entrada na indústria ainda demandavam revisão para aprimorar as estimativas, embora a boa correspondência observada no ano anterior validou a ferramenta. Acrescentou que os painéis seriam publicados no site do MPA e atualizados periodicamente, inicialmente a cada 15 dias.

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) agradeceu as apresentações.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) elogiou o trabalho das equipes, sugeriu maior transparência, incluindo consolidação geral das espécies e dados como número de viagens e mapas de bordo.

O Sr. Alex Lira concordou, afirmou que as informações existem e podem ser incorporadas aos painéis, incluindo visões agregadas e maior detalhamento, reforçando o objetivo de ampliar a transparência.

O Sr. Jonathan Moraes (CONEPE) destacou a importância de integrar dados da indústria, especialmente das enlatadoras, para aprimorar a consolidação das informações, apontando possível subestimação nos dados de SKJ e colocando-se à disposição para colaborar.

O Sr. Alex Lira reconheceu a necessidade de integração dessas informações, assumiu a responsabilidade pela falta de alinhamento prévio e comprometeu-se a avançar no diálogo com o setor.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) elogiou a atualização rápida dos dados e sugeriu incluir nos painéis comparações de anos anteriores para apoiar o planejamento do setor.

O Sr. Alex Lira concordou, ressaltando o caráter coletivo do trabalho e a viabilidade de incorporar histórico de produções aos painéis.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) relatou caso de embarcação que apresentou indícios atípicos, ao ser abordada, não tinha espinhel a bordo, apesar de permissionada, e que declarou pesca de 10 t de atum com a complementar de linha de mão, incluindo captura de espécies sensíveis (Aguilhão-negro). Alertou para possível submonitoramento da captura de atuns por essa modalidade e sugeriu ampliar o controle, considerando o potencial impacto de diversas embarcações fora dos painéis nas cotas nacionais.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Alex Lira afirmou que as estimativas consideram todas as modalidades, ainda que nem todas estejam nos painéis. Além disso, há uma recomendação do CPG para o GTC avaliar a questão da dinâmica das pescarias de atuns, incluindo a 1.12. Destacou que os dados são reportados à ICCAT e que a modalidade está em avaliação pelo GTC, com análises em andamento e possíveis avanços futuros no monitoramento.

A Sra. Thamires Bride reforçou que há recomendação para revisão das modalidades, conduzida pelo GTC, para subsidiar o ordenamento.

O prof. Rodrigo Sant'Ana (GTC) destacou a sinergia entre governo, ciência e setor produtivo nos avanços do monitoramento pesqueiro, defendendo a ampliação dos painéis e o uso de múltiplas fontes de dados para maior precisão das estimativas. Ressaltou a importância do correto preenchimento dos mapas de bordo, inclusive do *bycatch*, sugeriu reuniões periódicas para validação conjunta dos dados e informou que a análise da modalidade 1.12 estava em andamento pelo GTC.

A Sra. Mônica Peres (ICMBio) parabenizou os avanços nos painéis, mas alertou para problemas nos dados: falhas e distorções no preenchimento dos mapas de bordo, especialmente em capturas de menor valor e *bycatch*. Destacou também inconsistências no uso de licenças, com barcos de espinhel operando como cardume. Sugeriu melhorar o registro de dados e esclarecer normas sobre modalidades permitidas.

O Sr. Alex Lira reforçou a importância de preencher corretamente o mapa de bordo, evitando sub ou sobreporte. Destacou receio do setor por possíveis sanções, defendendo a capacitação e afirmando que dados confiáveis são essenciais para a gestão pesqueira.

A Sra. Cláudia Zagaglia questionou a viabilidade de separação dos estoques de Meca Norte e Sul nos painéis com base nos mapas de bordo. Esclareceu que o IBAMA autuava casos de ausência, atraso ou falsidade nesses registros, destacando que capturas incidentais devidamente declaradas não geravam autuação. Também diferenciou as modalidades cardume associado e linha de mão, ressaltando a necessidade de conformidade normativa.

O Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) explicou que o recorte atual é por modalidade e que a separação por área SE-S e N-NE ainda demanda avaliação, embora seja possível na consolidação anual.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Zagaglia reforçou a limitação de cota do Meca Norte, que seria capturada do equador para o norte, e se seria fácil separar os reportes de captura desta cota norte a partir dos mapas de bordo e fazer o painel específico.

O Sr. Alex Lira confirmou que a distinção por área é viável estatisticamente, havendo uma metodologia definida na própria ICCAT, por quadrantes, mas ainda não está implementada nos painéis pois teria que confirmar com calma comparando dados com PREPS.

A Sra. Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, encerrou a inscrições de fala, anunciando intervalo após finalização da lista.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana explicou que a geração frequente de estimativas detalhadas exige alto esforço técnico e tempo, não sendo um processo automatizado. Destacou a necessidade de validação criteriosa dos dados e informou que será feita consolidação anual conjunta para desenvolver metodologia que permita futuras estimativas regionais com maior agilidade e qualidade.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) criticou a abordagem excessivamente punitiva na fiscalização, defendendo maior foco educativo e de apoio ao pescador. Questionou a relevância de certas exigências e reforçou a necessidade de adequar normas à realidade da atividade.

A Sra. Sandra Souza agradeceu a apresentação e a participação de todos e encaminhou o encerramento do tema, indicando um intervalo. Após o intervalo, deu-se início a próxima pauta.

11. REC 3/2025B: APRESENTAÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO DE TODAS AS RECOMENDAÇÕES DO CPG EM RELAÇÃO A REVISÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MPA/MMA Nº 10, DE 10 DE JUNHO DE 2011

A Sra. Thamires Bride (SNPI-MPA) apresentou informe sobre a consolidação de recomendações para revisão das modalidades de pesca da INI MPA/MMA nº 10/2011, conforme REC 03/2025B. Todavia, informou que não houve novas contribuições dos



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

membros do CPG até o prazo, sendo a consolidação apresentada baseada em recomendações anteriores.

Destacou a REC 10/2022, sobre fechamento das frotas de linha de atuns e afins, a qual tem relação com os resultados do PROPESC e com a revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011. A REC 03/2023B, sobre revisão da modalidade 1.12, a qual o GTC avaliou e atualmente está sob análise do ordenamento. Além disso, a demanda foi estendida e será encaminhada ao GTC para fazerem uma revisão ampla relativa a todas as modalidades.

Quanto à REC 05/2024, sobre agrupamento da 1.1 e 1.2, em que, na época, o GTC respondeu que não seria possível, porém a demanda será reencaminhada para avaliação do GTC no contexto da revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011. A REC 12/2024, também sobre revisão da modalidade 1.12. Além disso, a REC 01/2025, revisar as modalidades de pesca de atuns e afins, conforme essas recomendações anteriores. E por fim, a REC 07/2025C, de avaliar a possibilidade de separar as modalidades de espinhel regionalmente, principalmente, pensando na alocação de cotas da Albacora-bandolim. Em sequência, a Sra. Sandra Souza agradeceu o informe e abriu para discussão.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) questionou como seria tratado o uso de espécies controladas, como Albacora-bandolim e Albacora-laje, como captura da complementar em outras modalidades, alertando para possíveis falhas no controle das cotas.

A Sra. Sandra Souza informou que o MPA já passara a restringir concessões complementares para modalidades abertas com atuns como complementar, emitindo apenas a autorização principal. A Sra. Thamires Bride destacou que a norma da Albacora-bandolim já previa a devolução obrigatória ao mar e o registro em mapa de bordo para modalidades sem cota.

A Sra. Mônica Peres (ICMBio) defendeu que o uso da modalidade complementar deveria ocorrer apenas em situações de defeso ou impedimento de uso da autorização principal, argumentando que o uso concomitante dificultava o controle estatístico e a definição da CPUE.

A Sra. Laís Pestana ponderou que a análise deveria considerar cada caso específico, e comentou que a sugestão caberia ao GT Permissionamento. Sandra Souza concordou, informando que o tema seria discutido no GT Permissionamento Marinho, com participação dos membros interessados.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Miquéias Carvalho (APAI PESCA) relatou que embarcações com autorização complementar podiam utilizá-la de forma oportunística durante a pescaria principal, especialmente diante da ocorrência de cardumes associados a objetos flutuantes.

A Sra. Mônica Peres destacou que sua preocupação era garantir o correto registro das capturas conforme a modalidade efetivamente utilizada. Miquéias Carvalho afirmou que o mapa de bordo permitia registrar os dias trabalhados em cada modalidade.

A Sra. Thamires Bride esclareceu que o mapa de bordo já possuía campo específico para indicar capturas realizadas com autorização principal ou complementar. O Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) complementou que as informações eram registradas por lance e modalidade utilizada, permitindo análises futuras, embora ainda fosse necessária avaliação mais robusta da qualidade e acurácia desses dados.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) explicou que o uso de autorizações complementares já ocorria em períodos de defeso e que embarcações de espinhel utilizavam modalidades complementares como alternativa operacional e econômica. Relatou que parte da frota recorria à linha de mão em cardumes próximos à costa, conforme a experiência dos pescadores e as permissões vigentes.

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) agradeceu as contribuições de todos, comunicando que a agenda do dia havia se encerrado. Todavia, visto que ainda estava cedo, encaminhou a continuidade da reunião para as falas complementares, referentes às solicitações feitas pela APAI PESCA e do FIESC durante a manhã.

Solicitação de Falas Complementares

O Sr. Miquéias Carvalho (APAI PESCA) relatou preocupação com o excesso de exigências e sanções impostas aos pescadores, citando problemas recorrentes na frota de Itaipava de falha de sinal de rastreamento, cujas penalidades indevidas recaíam sobre os pescadores. Criticou a adoção de novos dispositivos e testes relacionados à mitigação de captura de tartarugas e albatrozes, como uso de dispositivo em tambor, afirmando que a categoria entendia que os custos e consequências recaíam sempre sobre os pescadores. Além disso, informou que a frota de Itaipava não concordava com a instalação de dispositivos para controle de horário de largada e não pretendia colaborar com novos testes, exceto no embarque de observadores de bordo. Acrescentou que muitos



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

pescadores deixavam de reportar informações completas por receio de punições, destacando um clima de desconfiança em relação aos órgãos de fiscalização e gestão pesqueira. Ademais, agradeceu a oportunidade de fala e desabafo, se desculpou por desviar das pautas iniciais, mas foi necessário devido aos depoimentos dos pescadores.

A Sra. Sandra Souza esclareceu que as suspensões de autorização publicadas no Diário Oficial passavam a valer após 30 dias, permitindo tempo para retorno ou conclusão das operações em curso, e questionou sobre a proposta de dispositivos em tambores.

O Sr. Miquéias Carvalho explicou que se referia a discussões anteriores sobre mecanismos para identificar horários de largada, criticando testes e medidas de mitigação realizados com apoio da frota, os quais, segundo relatou, acabavam gerando prejuízos e autuações aos pescadores, motivo pelo qual a categoria não pretendia mais colaborar com novos testes, exceto com observadores de bordo.

O Sr. Giovani Monteiro esclareceu que a proposta foi sugerida pela PESCA-BR, seria a instalação de dispositivo no guincho para registrar horários de largada, visando evitar autuações relacionadas à largada noturna e dar maior transparência à fiscalização.

O Sr. Miquéias Carvalho ponderou que não era contrário à medida, mas relatou insatisfação dos pescadores diante do acúmulo de exigências e testes considerados prejudiciais à atividade.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) resgatou o histórico das medidas mitigadoras exigidas pela ICCAT, destacando que inicialmente o Brasil adotou apenas peso e torilne por serem fiscalizáveis a bordo. Explicou que a largada noturna foi incorporada posteriormente após embarcações alegarem seu uso em defesa de autuações. Acrescentou que a evolução dos rastreadores permitiu fiscalizar medidas operacionais e que a adoção das regras ocorreu gradualmente, não sendo iniciativa isolada do IBAMA.

A Sra. Thamires Bride (SNPI-MPA) esclareceu que sugestões debatidas no CPG não se tornam automaticamente recomendações oficiais, ressaltando que qualquer medida somente passa a ser incentivada pelo MPA após aprovação consensual no âmbito do Comitê.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) disse compreender a preocupação do setor com o aumento das exigências regulatórias, mas ressaltou que a pesca operou por décadas sem gestão adequada, exigindo agora maior controle e geração de evidências. Destacou que



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

experimentações, observadores de bordo, câmeras e testes são fundamentais para aprimorar a coleta de dados, cumprir acordos internacionais e aperfeiçoar a gestão pesqueira. Defendeu que a experimentação permitiu avanços em medidas mitigadoras e no conhecimento científico, sendo essencial para tornar o sistema mais transparente, sustentável e eficiente para os recursos pesqueiros e para os próprios pescadores.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) relembrou que a revisão da INI MPA/MMA nº 7/2014 já constava como recomendação pendente do CPG, aprovada na REC 11/2024.

O Sr. Miquéias Carvalho reforçou que os pescadores demonstravam resistência à instalação de câmeras e dispositivos de monitoramento, especialmente em razão das multas relacionadas ao PREPS e das limitações do sistema para identificar com precisão os horários de largada visto que faz os registros de 20 em 20min. Apesar disso, declarou ele mesmo ser favorável à experimentação.

Em tom descontraído, o sr. Rodrigo Sant'Ana sugeriu aumentar a frequência de transmissão do PREPS para cinco minutos. O Sr. Giovani Monteiro afirmou que concordaria, desde que as autuações ocorressem apenas em flagrante.

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) agradeceu as contribuições sobre o tema e passou a palavra para o FIESC.

O Sr. Wilson Santos (FIESC) destacou os avanços obtidos nos CPGs, apesar do aumento da pressão regulatória, e ressaltou o potencial de crescimento da pesca de espécies como Espadarte, Albacora-branco, Albacora-bandolim e Skipjack, cujas capturas permaneciam abaixo das cotas disponíveis. Alertou, porém, para a situação do Yellowfin, cuja futura distribuição de cotas pela ICCAT poderia limitar a participação brasileira. Afirmou que grande parte da produção era destinada à indústria de enlatados, afastando a percepção de volumes excessivos destinados ao mercado nacional.

Por fim, a Sra. Sandra Souza agradeceu as contribuições durante o dia e encerrou o primeiro dia de reunião.

SEGUNDO DIA

No segundo dia de reunião houveram problemas técnicos de acesso remoto à reunião, sendo necessário a criação e de novo link de acesso, o que resultou em pequeno atraso. Em sequência, a Sra. Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, iniciou a reunião apresentando a agenda do segundo dia, no que o coordenador do GTC solicitou alteração



da ordem das apresentações da manhã, visto que apresentaria os tópicos 16, 17 e 18 (da agenda definitiva) em sequência, sem intervalo. Os participantes concordaram e o professor, então iniciou as apresentações.

10. HISTÓRICO DA PRODUÇÃO DE ALBACORA-LAJE

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) informou que as discussões do CPG subsidiariam a atuação brasileira nas negociações da ICCAT sobre Yellowfin (YFT) e Bigeye (BET), destacando que haveria três reuniões interseccionais do Painel 1 ao longo do ano, duas delas voltadas ao ordenamento dessas espécies. Apresentou o histórico de capturas brasileiras de Yellowfin, ressaltando o crescimento expressivo da pesca de cardume associado desde 2010. Explicou que essa modalidade atua principalmente sobre indivíduos juvenis, enquanto o espinhel captura organismos adultos, fator que vinha sendo central nas discussões internacionais sobre manejo e ordenamento das pescarias.

11. INFLUÊNCIA DA ALOCAÇÃO DA COTA DA ALBACORA-BANDOLIM NO ESTOQUE DA ALBACORA-LAJE

Em sequência, o professor apresentou a relação entre os estoques de BET e YFT no Atlântico, destacando que, enquanto o BET passou a ter TAC definida e estabilização das capturas, o YFT permaneceu sem limite estruturado, resultando em capturas acima do rendimento máximo sustentável. Explicou que o possível aumento da TAC do BET poderia exigir redução das capturas de YFT, devido à associação entre as pescarias das duas espécies. Ressaltou ainda que o crescimento das capturas brasileiras sobre juvenis elevava a responsabilidade do país nas negociações internacionais e ampliava preocupações quanto à sustentabilidade dos estoques e às comparações com frotas industriais estrangeiras.



12. IMPACTO DAS FROTAS QUE OPERAM SOBRE JUVENIS DE ALBACORA-LAJE (YFT)

O Sr. Sant'Ana explicou que a remoção de juvenis de Yellowfin e Bigeye (BET) pelas pescarias de cardume associado gerava grande preocupação na ICCAT, pois essas capturas tinham impacto muito superior sobre a biomassa desovante em comparação às pescarias voltadas a adultos. Apresentou gráficos indicando que pescarias sobre juvenis respondiam por cerca de 50% do impacto sobre o estoque de BET e 70% no YFT.

Ressaltou que relatórios internacionais já destacavam o crescimento da participação do *handline* brasileiro nas capturas, sobretudo de YFT, aumentando a atenção sobre o Brasil nas negociações. Defendeu que o país precisaria avançar em medidas de ordenamento por frota e iniciar discussões internas para se preparar para futuras regulações e negociações no âmbito da ICCAT. Ao fim, abriu espaço para dúvidas e discussão sobre as apresentações. A Sra. Sandra Souza agradeceu as apresentações.

O Sr. Wilson Santos (FIESC) afirmou que a preocupação com a captura de juvenis era compartilhada pelo setor. Destacou que o Brasil representava cerca de 12% das capturas de YFT, enquanto os cerqueiros da ICCAT respondiam por 63%, sendo os principais responsáveis pelo impacto sobre juvenis. Acrescentou que a frota brasileira capturava exemplares maiores e possuía menor *bycatch*, defendendo maior sustentabilidade e restrições mais severas às frotas cerqueiras nas futuras distribuições de cotas.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) concordou parcialmente com o Sr. Wilson, mas ressaltou que a responsabilidade pelas capturas cabia aos países membros da ICCAT. Destacou que, independentemente do tamanho, as capturas incidiam sobre juvenis abaixo da maturação sexual, destacando que o *handline* brasileiro possuía volume semelhante ao da União Europeia. Reforçou a importância da observação de bordo e da qualificação dos dados brasileiros para subsidiar negociações e demonstrar a sustentabilidade das pescarias.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) manifestou preocupação quanto à confiabilidade das informações declaradas nos mapas de bordo, destacando divergências observadas nos desembarques de juvenis, mistura de espécies e ausência de monitoramento adequado,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

especialmente no mercado interno. Ressaltou que os observadores de bordo seriam fundamentais para validar dados por área, época e proporção de captura, além de defender maior participação da indústria enlatadora na coleta de informações.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana concordou sobre a necessidade de aprimorar a qualidade dos mapas de bordo e ampliar o cruzamento de fontes de informação, como entrevistas de cais, notas fiscais, observadores e dados de desembarque, embora tenha reconhecido avanços com a adoção do mapa digital.

Sr. Alex Lira (SERMOP) destacou os avanços do PMPA na coleta de dados, com milhares de indivíduos medidos em observadores e desembarques, ressaltando que as informações subsidiariam análises mais precisas e fortaleceriam as entregas brasileiras à ICCAT. A Sra. Sandra Souza informou o encerramento das inscrições para fala.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) afirmou que parte significativa da produção seguia para a indústria conserveira, onde havia separação por espécie e tamanho. Colocou estes dados à disposição para subsidiar análises científicas, alertando que se tratava de dados de peixes que chegavam sem guelras e sem vísceras.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) alertou para a futura pressão internacional sobre o Brasil nas discussões de cotas de Yellowfin (YFT), defendendo o fortalecimento do monitoramento e da coleta de dados. Também informou que as indústrias do Rio Grande do Norte possuíam registros detalhados de peso dos indivíduos processados, também colocando-os à disposição.

O prof. Rodrigo Sant'Ana agradeceu a disponibilização das informações e destacou a necessidade de desenvolver funções de conversão para utilização dos dados industriais em análises biológicas e estatísticas.

O Sr. Miquéias Carvalho (APAI PESCA) questionou sobre a identificação de um pequeno atum (aproximadamente 15cm) conhecido regionalmente como "pula-pula", frequentemente observado em baixos volumes nos desembarques de Itaipava.

O prof. Rodrigo Sant'Ana informou que a identificação dependia do nome regional e de imagens da espécie. O Sr. Jonathan Moraes (CONEPE) esclareceu que os exemplares eram, em sua maioria, Blackfin (BLF), havendo também ocorrência de YFT.

O prof. Rodrigo Sant'Ana destacou o aumento da ocorrência de BLF no Brasil em razão das mudanças climáticas e demonstrou preocupação pela captura de indivíduos tão



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

pequenos de YFT. Também reforçou a importância de registros fotográficos e de câmeras a bordo para auxiliar na coleta de dados e identificação das espécies.

O Sr. Miquéias Carvalho relatou que, em Itaipava, exemplares menores de albacoras, em torno de 5 a 6 kg, eram frequentemente registrados no mapa de bordo como “Albacorinha”, pois os pescadores associavam as categorias de Albacora-branca, Albacora-laje e Albacora-bandolim aos peixes maiores que são classificados como tamanhos P, M, G e GG, comercializados como atum, sugerindo ajustes na nomenclatura do sistema para facilitar a correta identificação.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) esclareceu que, em sua região, “Albacorinha” correspondia ao Blackfin tuna.

O prof. Rodrigo Sant’Ana (GTC) explicou que no sistema de mapa de bordo deveria se registrar a espécie independentemente do tamanho e indicou que a identificação constava por nome comum e científico.

O Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) confirmou que o sistema apresentava nome comum e científico das espécies e esclareceu que “Albacorinha” correspondia ao *Thunnus atlanticus* (Blackfin), destacando que eventuais equívocos decorreriam de erro de reporte, e não de falha do sistema. Informou ainda que estavam sendo estudadas melhorias, como inclusão de imagens e guias de identificação, além da possibilidade de ajustes mais ágeis no sistema durante a revisão da INI MPA/MMA nº 10/2011.

A Sra. Sanda Souza orientou que o tema fosse tratado posteriormente entre Miquéias e Alex, e o Sr. Miquéias Carvalho esclareceu que a situação não era recorrente, ocorrendo apenas ocasionalmente durante a separação do pescado.

O Sr. Jonathan Moraes (CONEPE) informou que as principais indústrias compradoras de atum, representadas no CPG, concentravam cerca de 80% das aquisições nacionais e já classificavam o pescado por espécie e tamanho, colocando esses dados à disposição para subsidiar estatísticas pesqueiras.

A Sra. Sanda Souza agradeceu a disponibilidade, e o prof. Sant’Ana destacou que já vinha articulando o uso dessas informações.

O Sr. Antônio Carlos Corrêa (PESCA-BR) ressaltou o empenho do setor pesqueiro em aprimorar a qualidade das informações, mencionando campanhas de conscientização e a disposição dos armadores em colaborar com programas de observação de bordo e uso de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

câmeras. Manifestou preocupação com a responsabilização do setor pelo não atingimento da meta de cobertura de observadores e questionou a ausência de procedimento oficial para formalizar a disponibilização de embarcações.

O Sr. Alex Lira explicou que o embarque de observadores vinha sendo formalizado pelo MPA, com seleção via PREPS e contatos oficiais por e-mail, informou que o fluxo seria regulamentado em normativa específica, reconheceu que a responsabilidade pelas dificuldades era compartilhada entre setor e governo. Informou que o contato para oferta de barcos pode ser feita por e-mail com MPA (embarque.observador@mpa.gov.br), e esclareceu que o PMPA constituía ação oficial do Governo Federal.

O Sr. Antônio Carlos Corrêa (PESCA-BR) reiterou a necessidade de maior participação do setor na construção dessas normas, ressaltando especificidades operacionais das embarcações que deveriam ser consideradas previamente.

A Sra. Sandra Souza informou que muitos desses pontos já haviam sido debatidos no âmbito do CPG e anunciou intervalo na reunião. Após intervalo, seguiu a discussão.

A Sra. Mônica Perez (ICMBio) apontou limitações no mapa de bordo do cardume, defendeu seu aprimoramento e destacou a necessidade de ampliar o monitoramento por observadores e câmeras. Sugeriu discutir medidas de ordenamento para a frota e informou iniciativas do ICMBio para planos específicos de pesca e valorização de embarcações com observadores, por meio de selos de boa conduta e publicação na lista positiva da ICCAT.

A Sra. Patrícia Barros (ABEP) lembrou a experiência exitosa do Programa de Observador de Bordo em 2004, destacando sua importância para o monitoramento pesqueiro e para os reportes brasileiros à ICCAT. Defendeu maior aproximação entre instituições, armadores e pescadores, sugerindo a realização de workshops regionais para orientar diretamente os trabalhadores sobre observação de bordo, conservação e cumprimento das normativas.

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) considerou pertinente a proposta e informou que avaliaria sua implementação.

O Sr. Raimundo Felix (FETAPE-CE) reforçou a necessidade de capacitação direta dos pescadores, ressaltando limitações técnicas e educacionais da categoria e a importância de maior integração para garantir sustentabilidade e evitar problemas futuros na pesca de atuns. Também defendeu abordagem mais colaborativa da fiscalização.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Sandra Souza destacou a relevância do CPG como principal fórum de discussão para prevenção do colapso da pesca, e encerrou a pauta.

13. PROTOCOLO DE MALLORCA

A Sra. Thamires Bride (SNPI-MPA) apresentou o Protocolo de Mallorca, ou Protocolo de Palma, como emenda à Convenção da ICCAT de 1966, destacando que o texto reforçou objetivos de conservação de longo prazo, uso sustentável, abordagem precautória e ecossistêmica, melhor evidência científica e proteção da biodiversidade marinha, além de incluir expressamente os elasmobrânquios entre as espécies abrangidas. Explicou mudanças na estrutura institucional, como limitação de até três delegados por membro, regras de quórum e decisão, composição do conselho, organização dos painéis e disposições financeiras. Informou, ainda, que a ratificação do protocolo seguia pendente por diversos membros e poderia ser debatida na reunião regular da ICCAT em 2026, diante do incentivo à adesão e da relação com a implementação do Acordo BBNJ.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) avaliou que o Protocolo de Palma buscava corrigir fragilidades históricas da Convenção da ICCAT, especialmente entraves decisórios que permitiam a poucos membros bloquear avanços, e solicitou informações sobre o estágio da ratificação brasileira.

A Sra. Thamires Bride (SNPI-MPA) esclareceu que o protocolo também previa mecanismos formais para resolução de impasses e informou que a Assessoria Especial Internacional já havia acionado a SNPI, a SERMOP, a chefia da delegação e a chefia científica para elaboração de parecer técnico a ser encaminhado ao MRE. O Sr. Cadu Villaça reforçou a urgência de avançar na ratificação diante das fragilidades da convenção vigente.

A Sra. Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, agradeceu a apresentação e à participação do CONEPE e, devido à não manifestação de outros, encerrou a pauta.

11. PLANO DE TRABALHO DO PAINEL 1 DA ICCAT PARA 2026

A Sra. Thamires Bride informou que, embora o Plano de Trabalho do Painel 1 da ICCAT tenha sido revogado, permaneciam previstas reuniões estratégicas ao longo de 2026. Destacou as principais reuniões, com discussões sobre Albacora-laje e possíveis



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

encaminhamentos sobre alocação de cotas de Albacora-bandolim e Albacora-laje. Ademais, relatou que SNPI, SERMOP, chefia da delegação e chefia científica estavam se articulando para análise de documentos, definição de sensibilidades e elaboração de propostas. Destacou a participação brasileira na reunião de março, na qual o Brasil foi relator, reforçando seu protagonismo e a relevância dos temas do Painel 1 para o país.

O Sr. Alex Lira (SERMOP-MPA) parabenizou a SNPI pela apresentação e sugeriu devolutivas regulares das reuniões estratégicas ao CPG. Informou que seria avaliada uma possível proposta brasileira sobre Yellowfin (YFT) e destacou que a proposta inicial do *chair* foi rejeitada, com retomada das discussões na próxima reunião interseccional.

O prof. Rodrigo Sant'Ana (GTC) defendeu a realização de reuniões interseccionais específicas para discutir YFT e Bigeye (BET), garantindo transparência e alinhamento das posições brasileiras. Destacou a complexidade das negociações e alertou que seus desdobramentos poderão demandar futuras medidas internas de gestão voltadas às capturas de juvenis.

A Sra. Luana Sêga (GFW) questionou sobre a participação brasileira na reunião do IMM, e as prioridades nacionais para o encontro.

O Sr. Alex Lira informou que o Brasil participaria novamente, com prioridade para a discussão sobre inspeção em alto-mar, além de preparação prévia junto à Marinha do Brasil e avaliação de outros temas da agenda.

A Sra. Sandra Souza agradeceu as contribuições e a apresentação, e informou o encerramento da pauta e pausa de intervalo para o almoço.

Período da tarde

Após o retorno do almoço, a Sra. Sandra Souza informou sobre a agenda da tarde e passou a palavra ao ICMBio para dar início a próxima pauta de informe.

12. INFORME SOBRE PROJETO FROTA + AZUL

A Sra. Mônica Peres (ICMBio) fez um informe sobre o projeto Frota + Azul, desenvolvido em parceria entre ICMBio, CI Brasil e UNIVALI, voltado ao teste de novas câmeras e ferramentas de inteligência artificial para monitoramento eletrônico. Informou ainda sobre o desenvolvimento de câmaras nacionais e destacou a expectativa de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

obtenção de resultados até o final do ano, além de convidar instituições e representantes do setor a integrarem a iniciativa, em especial MPA e MMA.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) complementou que o projeto incluiu frentes voltadas ao aprimoramento do rastreamento satelital e ao desenvolvimento de tecnologias para análise das operações pesqueiras em áreas marinhas protegidas. Destacou as vantagens do desenvolvimento nacional de equipamentos adaptados à realidade da frota brasileira e reforçou a importância da participação conjunta de instituições públicas e do setor pesqueiro na construção de soluções e na ampliação da coleta de dados.

A Sra. Mônica Peres informou que o projeto contou com financiamento do Blue Nature Alliance, por meio da CI, e que novos recursos seriam buscados para ampliar as iniciativas, reiterando a abertura para novas parcerias. A Sra. Sandra Souza abriu espaço para dúvidas.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) parabenizou a iniciativa, destacou a relevância da parceria entre os envolvidos e manifestou expectativa de que o projeto alcançasse resultados concretos no fortalecimento do monitoramento pesqueiro.

O Sr. Antônio Lezama (MMA) informou que o MMA já participava da análise dos dados obtidos com as câmaras e ressaltou a grande quantidade e qualidade das informações geradas, que ampliaram a compreensão das operações pesqueiras. Avaliou que a expansão da ferramenta representaria importante avanço para a gestão pesqueira.

A Sra. Mônica Peres destacou a vantagem adicional de possibilidade de compartilhamento das gravações com especialistas para validação e aperfeiçoamento da identificação das espécies, ampliando a qualidade e a confiabilidade dos dados.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) parabenizou o projeto, reconheceu a importância das câmaras como instrumento de modernização e colocou o setor pesqueiro à disposição para colaborar com a iniciativa.

O Sr. Antônio Carlos Corrêa (PESCA-BR) defendeu o uso de tecnologias para qualificar dados e assegurar respaldo jurídico aos armadores, destacando a importância da cooperação entre setor, academia e órgãos públicos como política de Estado, baseada em colaboração e compromisso comum. Ademais, elogiou a abordagem consultiva do ICMBio e da Marinha, sugerindo melhorias para o IBAMA para com as embarcações.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Mônica Peres reforçou a busca por embarcações para integrar o projeto de monitoramento com câmeras. Também esclareceu que a iniciativa possui caráter voluntário e colaborativo, distinto das ações fiscalizatórias do IBAMA, e reiterou o convite para adesão de novos parceiros.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) informou que os equipamentos para o projeto piloto de monitoramento eletrônico estavam em fase final de aquisição, destacando que o sistema permitiria acesso remoto em tempo real, armazenamento em nuvem e consolidação automática das imagens dos períodos de interesse para otimizar a análise.

A Sra. Mônica Peres esclareceu que embarcações de outras regiões também poderiam participar e destacou a possibilidade de nacionalização da tecnologia.

O Sr. Giovanni Monteiro (PESCA-BR) informou que armadores já haviam manifestado interesse em disponibilizar embarcações para os testes. O Sr. Rodrigo Hazin reforçou que a seleção das embarcações seria orientada pela coordenação do projeto e manifestou expectativa positiva quanto à avaliação da eficiência do novo sistema.

O Sr. Torquato Pontes (SINDIPESCA-RS) parabenizou a iniciativa de monitoramento, mas alertou para a necessidade de resultados concretos, relatando o aumento da insegurança jurídica, das restrições operacionais e das dificuldades econômicas enfrentadas pela frota de espinhel, especialmente na pesca do tubarão-azul. Defendeu maior diálogo entre governo, fiscalização e setor produtivo para garantir sustentabilidade, segurança e viabilidade da atividade.

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) destacou a importância de testar diferentes sistemas de câmeras, ressaltando preocupações com custos, armazenamento externo de dados, manutenção dos equipamentos eletrônicos de uso em mar, e protocolos de uso e proteção de imagens, além de defender o desenvolvimento de tecnologias nacionais adaptadas à realidade da frota brasileira.

Em relação à pesca do Tubarão-azul, manifestou preocupação com recentes mudanças regulatórias realizadas fora dos fóruns participativos acerca da Portaria MPA/MMA nº 30/2025, apesar dos avanços obtidos com base em evidências científicas, avaliação de estoque e construção conjunta entre governo, setor e academia. Reforçou que a gestão pesqueira deve ser transparente, fundamentada em dados e conduzida de forma participativa, a fim de garantir sustentabilidade biológica, econômica e social.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Thamires Bride (SNPI-MPA) reafirmou o compromisso do MPA com a Rede Pesca Brasil, os CPGs e a valorização do conhecimento técnico-científico, destacando a importância da construção participativa das normas no âmbito do Comitê.

O Sr. Giovani Monteiro manifestou concordância com as preocupações expostas anteriormente e reforçou a defesa de uma gestão pesqueira baseada na ciência e em parcerias com instituições de pesquisa.

O Sr. Antônio Carlos Corrêa (PESCA-BR) informou a disponibilidade da frota do Nordeste (Sr. Bell, do QUALIPESC) e de embarcações do Norte (Sr. Apoliano, do SINPESCA) para colaborar com a iniciativa de câmeras a bordo, ressaltando a importância do diálogo para viabilizar parcerias com o setor.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) manifestou solidariedade às dificuldades enfrentadas pelo setor e criticou a adoção de medidas regulatórias sem adequada discussão nos fóruns participativos, destacando a complexidade e os impactos institucionais desse processo.

A Sra. Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, agradeceu as contribuições e encaminhou a reunião para o próximo item de pauta.

13. DEMAIS DEMANDAS DE ORDENAMENTO

A Sra. Sandra Souza iniciou a pauta reafirmando que a representante do IBAMA no CPG, não atuava diretamente na elaboração do NDF, mas sim da fiscalização, porém registraria as dúvidas apresentadas para encaminhamento ao setor competente, visando subsidiar futura reunião extraordinária dedicada ao tema, com participação dos responsáveis técnicos pela elaboração e aplicação do documento.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) esclareceu que a elaboração do NDF era conduzida pela Diretoria de Biodiversidade do IBAMA, responsável por mobilizar o processo, e que a diretoria seria a instância mais adequada para esclarecer dúvidas em reunião específica, juntamente com a DIPRO, quanto à implementação, controle e fiscalização da norma.

Ademais, destacou que a CITES possuía relevância equivalente à ICCAT para o Brasil e explicou que o NDF incidia apenas sobre recursos destinados à exportação, observando que, no caso do Tubarão-azul, o volume exportado representava parcela



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

reduzida da cota nacional. Defendeu maior articulação entre CITES e ICCAT para harmonização de procedimentos e relatou oficina técnica realizada para apresentação dos critérios do NDF, ressaltando que o protocolo da CITES normalmente não previa consulta ao setor produtivo. A Sra. Sandra abriu espaço para as dúvidas.

O Sr. Rodrigo Hazin (SINDIPESCA-RN) questionou a legalidade e a transparência do processo de elaboração do NDF, defendendo que o IBAMA extrapolou suas competências ao propor medidas de gestão que, em sua avaliação, afetariam a gestão compartilhada e inviabilizariam a atividade pesqueira. Criticou a ausência de diálogo com o setor produtivo, com o CPG e com o GTC, além de solicitar esclarecimentos jurídicos sobre a norma, incluindo aspectos relacionados à importação, ao escopo do NDF e aos impactos da medida sobre a sustentabilidade da pesca e a segurança jurídica do setor.

O Sr. Antônio Carlos Corrêa (PESCA-BR) esclareceu que seus elogios antes feitos ao ICMBio se referiram aos servidores que atuaram com diálogo e cooperação no âmbito do CPG, e destacou a importância da boa vontade para a gestão pesqueira.

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) questionou o posicionamento jurídico do MPA e do MMA diante da IN nº 9 do IBAMA e criticou a falta de transparência e de participação do setor e do CPG na elaboração do NDF. Contestou as restrições à exportação de barbatanas, alegando incompatibilidade com a realidade da pesca e com critérios internacionais, além de afirmar que o processo desconsiderou dados científicos e comprometeu avanços construídos no âmbito da ICCAT. Manifestou indignação com a condução do processo, classificando a publicação da norma como ato unilateral que abalou a confiança do setor no diálogo institucional.

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) reforçou que o MPA agendaria reunião extraordinária para os esclarecimentos do IBAMA, porém os posicionamentos jurídico e técnico sobre a IN ainda estavam em análise pela equipe técnica e pelo setor jurídico.

O Sr. Torquato Pontes (SINDIPESCA-RS) questionou, em tom descontraído e crítico, qual seria a classificação da sustentabilidade das empresas pesqueiras no Brasil, sugerindo que o setor estaria em condição extremamente crítica diante das dificuldades enfrentadas. Em resposta, a Sra. Sandra Souza reconheceu a gravidade do cenário e afirmou que o CPG seguia atuando dentro das limitações atuais.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Rodrigo Sant'Ana (GTC) esclareceu que os questionamentos não se dirigiam às obrigações internacionais do Brasil perante a CITES e a ICCAT, mas à falta de transparência e de participação interna na elaboração do NDF do Tubarão-azul, cuja divulgação ocorreu apenas após a publicação da norma. Defendeu que processos dessa natureza deveriam ser debatidos previamente nos fóruns participativos instituídos, com ampla apresentação das evidências científicas e possibilidade de contribuição do GTC, do setor produtivo e dos órgãos gestores.

O professor criticou a ausência de *fair play* institucional, apontando que a condução do processo enfraqueceu a confiança na gestão participativa e desconsiderou avanços recentes na produção e qualificação dos dados pesqueiros. Comentou sobre a lacuna nos dados, citando que antes os mapas de bordo eram responsabilidade do IBAMA, porém foram guardados por anos e digitalizados apenas recentemente. Ressaltou que sustentabilidade exige equilíbrio entre dimensões biológica, social e econômica, sustentado por transparência, fiscalização e corresponsabilidade entre todos os atores. Por fim, afirmou que eventual discussão futura sobre o NDF só faria sentido se voltada à revisão e ao aperfeiçoamento da norma, com efetiva abertura ao diálogo e à construção coletiva. A PESCA-BR concordou e parabenizou a fala.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) contextualizou que a inclusão do Cação-azul no Anexo II da CITES e as tentativas de enquadramento da espécie em categorias mais restritivas no Brasil teriam ocorrido em desacordo com avaliações científicas e de estoque que indicariam sua exploração sustentável. Relatou a atuação do setor em revisões técnicas que resultaram na reclassificação da espécie no Livro Vermelho brasileiro e na construção da Portaria MPA/MMA nº 30/2025, destacando a importância da ciência isenta de ideologia e criticando decisões dissociadas das evidências disponíveis. Questionou o comentário da Sra. Cláudia sobre o volume exportado e a cota nacional do Cação-azul, esclarecendo que na realidade são dois segmentos de comércio diferentes, a exportação de galhas e da carne, e afirmou que a IN IBAMA nº 9/2026 comprometeria a viabilidade econômica da atividade. Defendeu a preservação da gestão participativa no âmbito do CPG e cobrou alinhamento institucional para garantir segurança jurídica e previsibilidade ao setor.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Laís Pestana (ABIPESCA) esclareceu que a CITES trata do comércio internacional, enquanto a ICCAT trata do ordenamento pesqueiro, e afirmou que o setor jamais solicitou participar da elaboração do NDF, mas apenas acesso ao cronograma e ao plano de trabalho do IBAMA, sem obter retorno satisfatório desde 2022. Relatou que o ordenamento da pesca do Tubarão-azul foi construído de forma participativa no âmbito do CPG, por iniciativa do próprio setor, culminando na Portaria MPA/MMA nº 30/2025, mas que, após sua publicação, houve forte pressão externa por sua revogação. Criticou a IN IBAMA nº 9/2026, classificando-a como excessivamente restritiva e de difícil execução, por impor condicionantes que inviabilizariam a atividade legal sem respaldo em recomendações da CITES, da ICCAT ou da IUCN. Afirmou que a medida comprometeu a cadeia formalizada, surpreendeu o setor ao ser publicada sem discussão prévia no CPG e representou um retrocesso na construção de um sistema integrado de controle, conservação e segurança jurídica para a atividade.

O Sr. Miquéias Carvalho (APAI PESCA) manifestou indignação com a ausência de diálogo entre o IBAMA e os pescadores, e a impossibilidade de diálogo, em alguns casos, afirmando que a sucessão de normas, fiscalizações e autuações teriam comprometido a confiança do setor e inviabilizado qualquer aproximação. Relatou insatisfação da frota de Itaipava diante dos impactos econômicos, mencionando a venda de embarcações, e criticou a falta de transparência na condução do NDF e de medidas recentes, defendendo que tais temas deveriam ter sido debatidos previamente no âmbito do CPG.

O Sr. Cadu Villaça relatou que produto apreendido pelo IBAMA, há décadas, seguiu armazenado como fiel depositário na empresa Kowalsky, já vencido e sem destinação, gerando prejuízos. Assim, solicitou providências urgentes para solução do impasse, visto que a empresa já protocolou a solicitação via SEI ao IBAMA.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) reconheceu as manifestações sobre o processo, informou que a elaboração do NDF foi subsidiada por consultoria especializada. Informou que convidaria a diretoria responsável pelo NDF para a próxima reunião, mas propôs avaliar, junto ao CPG, a pertinência de nova reunião para tratar dos questionamentos sobre a norma e seus encaminhamentos, visto que havia poucas dúvidas sobre a aplicação da norma.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Cadu Villaça disse que o NDF era instrumento necessário para viabilizar o comércio, mas criticou o documento brasileiro por, em sua avaliação, transmitir a ideia de incapacidade do país em comprovar a sustentabilidade da pesca e fragilizar a gestão construída no âmbito do CPG. O Sr. Cadu complementou questionando a isenção do embasamento científico da normativa, ao mencionar vínculo entre o consultor contratado pelo IBAMA e a ONG SeaShepherd, defendendo maior imparcialidade e rigor na fundamentação técnica.

A Sra. Laís Pestana relatou dúvidas práticas sobre os procedimentos de importação e apontou lacunas operacionais na emissão de licenças CITES. Também questionou o modelo adotado no NDF, afirmando que alternativas mais equilibradas poderiam ter sido discutidas previamente no âmbito do CPG.

O Sr. Antônio Carlos Corrêa (PESCA-BR) afirmou que as manifestações dirigidas ao IBAMA não eram pessoais, mas institucionais, e defendeu que as demandas apresentadas no CPG fossem efetivamente encaminhadas pelo órgão. Reiterou que a IN IBAMA nº 9/2026 inviabilizaria a exportação e criticou a falta de acolhimento das preocupações do setor.

A Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) interrompeu a discussão para evitar ataques institucionais, reforçou que as dúvidas estavam sendo registradas pela representante do IBAMA para posterior resposta em reunião extraordinária. Agradeceu as contribuições, e encaminhou o encerramento do tema para intervalo antes do bloco de recomendações.

14. RECOMENDAÇÕES

A Sra. Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG, orientou que seria feita a verificação das recomendações registradas pela equipe. Orientou que a análise das recomendações se restringisse à verificação de sua pertinência, ajustes de redação e identificação de eventuais lacunas, com base nas discussões realizadas na reunião.

A primeira foi: *“REC 01/2026: Agendar reunião extraordinária para o dia 24 de abril de 2026, com pauta única referente à Instrução Normativa IBAMA nº 9, de 26 de março de 2026, para apresentação de esclarecimentos sobre a norma, bem como dos subsídios*



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

técnicos e do respectivo processo administrativo. Providenciar o convite à Anvisa e ao MAPA. Responsável: Secretaria Executiva do CPG Atuns e Afins. Prazo: Abril de 2026”.

A Sra. Cláudia Zagaglia (IBAMA) sugeriu explicitar a apresentação pelo IBAMA. Além disso, comentou que o MAPA deveria acompanhar todas as discussões do CPG, visto que está relacionada a vários assuntos, sugerindo a revisão de membros.

A Sra. Laís Pestana (ABIPESCA) sugeriu convidar a da DAS/MAPA, que é a Secretaria de Defesa Agropecuária.

A Sra. Mônica Peres (ICMBio) questionou se não caberia incluir a apresentação do NDF em si. O prof. Sant’Ana (GTC) ponderou que eventual reunião deveria se concentrar nas dúvidas sobre a IN IBAMA nº 9/2026, salvo se houvesse real possibilidade de revisão do NDF, destacando a necessidade de priorizar discussões com encaminhamentos concretos no âmbito da gestão.

A Sra. Sandra Souza questionou a disponibilidade da versão do NDF em português, visto que o Sr. Igor havia falado que seria publicada no site do IBAMA.

O Sr. Giovanni Monteiro comentou que havia enviado a versão em português à Sandra e no chat do Teams, porém, a Sra. Sandra ponderou que deveria ser a versão oficial. O orador questionou quais seriam os caminhos para rediscutir a norma, indagando sobre eventual aceitação das recomendações do setor pelo IBAMA e a necessidade de judicialização.

A Sra. Sandra Souza informou que a próxima reunião deverá contar com posicionamentos técnicos e, se possível, jurídicos do MPA para orientar os encaminhamentos, e sugeriu que todos lessem o NDF previamente à reunião extraordinária para embasarem suas dúvidas.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) defendeu que a discussão se concentrasse na IN IBAMA nº 9/2026, considerando que o NDF já estava depositado e somente caberia novo debate caso o IBAMA decidisse formalmente revisá-lo.

Após releitura da versão final da recomendação, a Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) esclareceu que a recomendação visava obter esclarecimentos e subsídios sobre o processo administrativo, incluindo dúvidas sobre os documentos e a apresentação da tramitação adotada. Os participantes aprovaram a recomendação.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A segunda recomendação foi escrita originalmente como "*REC 02/2026: Convidar o Departamento de Oceano e Gestão Costeira do MMA para alinhamento sobre BBNJ e o Departamento de Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros para apresentação do ZOOPACAS. Responsável: Coordenação do CPG. Prazo: Próxima reunião Ordinária*".

A Sra. Thaíza Barreto (SINDIPI) sugeriu convidar também a SECIRM ou da CIRM. A Sra. Luana Sêga (GFW) comentou que dia 10 de abril de 2026 haveria um simpósio sobre a ZOOPACAS online, de inscrição gratuita. Diante a não objeção, a REC 02/2026 foi aprovada com pequena alteração.

A terceira recomendação: "*REC 03/2026: Revisar a Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 7, de 30 de outubro de 2014, incluindo a definição do protocolo de análise da largada noturna, com especificação dos dados a serem utilizados e da metodologia a ser adotada, conforme subsídios do GTC Atuns e Afins. Responsáveis: MPA e MMA. Prazo Segundo semestre de 2026*".

O Sr. Giovani Monteiro (PESCA-BR) sugeriu inserir "conforme recomendação 11/2024". A Sra. Sandra Souza explicou que seriam RECs diferentes pois a outra é mais geral e esta seria focada na largada noturna.

A Sra. Claudia Zagaglia (IBAMA) sugeriu que a revisão da norma fosse tratada de forma ampla, com abertura para sugestões de ajustes, a fim de reavaliar critérios e esclarecer parâmetros de aplicação. A Sra. Sandra Souza esclareceu que já havia recomendação geral de revisão da norma, sendo a nova proposta voltada especificamente à análise da largada.

O Sr. Giovani destacou a necessidade de segurança jurídica quanto à metodologia de avaliação, sugerindo definição objetiva de algoritmo ou critério técnico. Em seguida, a Sra. Sandra Souza reforçou que a discussão deveria se limitar à adequação do texto da recomendação, e o Sr. Giovani Monteiro confirmou que o foi contemplado com a edição.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE), em concordância com o PESCA-BR, defendeu que a nova recomendação sobre largada noturna seja vinculada à REC nº 11/2024, para evitar redundâncias e facilitar o acompanhamento.

O Prof. Rodrigo Sant'Ana apoiou a proposta, ressaltando que recomendações correlatas devem ser integradas para tornar o monitoramento mais eficiente, especialmente diante de futuras revisões no âmbito da ICCAT e do ACAP.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Sandra Souza acolheu as sugestões e apresentou a redação consolidada da REC 03/2026, que foi aprovada por consenso.

Sobre a quarta recomendação captada pela equipe: *“Analisar a viabilidade de incluir a porcentagem de cobertura de observadores de bordo no painel de monitoramento dos Observadores de bordo.”*

O Sr. Alex Lira (SERMOP) esclareceu que a proposta buscava tornar determinadas informações mais claras no painel, destacando que a medida poderia ser implementada administrativamente, independentemente de ser formalizada como REC do CPG.

O Sr. Wilson Santos (FIESC) ponderou que recomendações sobre acompanhamento de observadores de bordo devem considerar prazos mais amplos, como avaliações semestrais ou anuais, dada a dificuldade de monitoramento mensal e a baixa cobertura atual frente às metas percentuais. O Sr. Carlos Corrêa (PESCA-BR) concordou.

A Sra. Cláudia Zagaglia sugeriu ampliar a transparência com divulgação periódica de informações sobre embarques, talvez com o nome das embarcações, para acompanhamento e incentivo aos usuários. O Sr. Wilson Santos afirmou que tais informações já era apresentadas pelo Painel.

Diante disso, a Sra. Sandra Souza (SNPI-MPA) informou a retirada da recomendação sobre monitoramento, com compromisso de avaliação interna sobre possíveis encaminhamentos. Em sequência, apresentou a nova quarta recomendação:

“REC 04/2026: Realizar painel de discussão sobre espécies cuja exploração possa ser incentivada. Responsável: MPA. Prazo: Ao longo de 2026.”

O Sr. Wilson Santos questionou se a sugestão de texto de REC fora incorporada a essa REC, no que a Sr. Sandra informou que o FIESC participava na condição de convidado, por isso não incluía texto.

O Sr. Wilson solicitou sugestão acerca do potencial não aproveitado da captura de SKJ, pois o Brasil captura cerca de 22 mil t frente a uma possibilidade de até 30 mil t. Defendeu-se a ampliação da atuação da frota e a recuperação de embarcações paradas, além da inclusão explícita do Skipjack e da Isca-viva entre as prioridades, diante da queda expressiva desta última e do risco de subutilização da cota nacional.

A Sra. Sandra esclareceu que a redação ampla da REC permitiria incluir diferentes espécies conforme definição posterior de prioridades, evitando restringir o escopo apenas



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

às espécies mencionadas. Ademais, o texto original da REC contemplaria a solicitação do FIESC. Em sequência, a REC 04/2026 foi aprovada e seguiu-se para a próxima leitura.

“REC 05/2026: Avaliar a publicação de medidas de ordenamento, monitoramento e fiscalização específicas para as espécies de atum e afins com limite de captura. Responsáveis: MPA e MMA. Prazo: Fluxo contínuo”. A Sra. Sandra Souza esclareceu que a recomendação surgiu de questionamento sobre a adoção de medidas específicas apenas para a Albacora-bandolim, ampliando a discussão para outras espécies.

O Sr. Cadu Villaça solicitou que fosse considerada também a revisão dos portos de desembarque autorizados, destacando a inclusão do porto de Fortaleza, já apto à descarga direta ao SIF. Sandra avaliou que o tema não se enquadrava diretamente na recomendação e sugeriu novo ofício do CONEPE ao MPA.

A Sra. Cláudia Zagaglia lembrou que a regulamentação prevista para 2026 ainda poderá incorporar essa demanda.

O Sr. Alex Lira acrescentou que a inclusão depende da capacidade de monitoramento pelo PMPA, mas reconheceu a pertinência do pleito e a possibilidade de reavaliação. A recomendação foi aprovada e seguiu-se para a sexta recomendação.

“REC 06/2026: Incluir nos painéis de monitoramento das espécies os históricos de produção de anos anteriores, números de mapas de bordo e cruzeiros. Responsável: MPA.” A Sra. Sandra Souza esclareceu que a recomendação visava complementar os painéis de monitoramento com novas informações.

Quanto ao prazo, o Sr. Alex Lira informou que os dados já existem e que será avaliada a viabilidade técnica de incorporá-los ao longo de 2026, após a consolidação estatística prevista entre maio e junho. O Prof. Rodrigo Sant’Ana concordou com o prazo proposto, sugerindo definição posterior sobre eventual necessidade de prorrogação. A recomendação foi aprovada.

“REC 07/2026: Realizar workshops entre armadores, pescadores, pesquisadores e governo sobre os Observadores de bordo. Responsabilidade: MPA”. Questionada pela PESCA-BR sobre o escopo do workshop, a Sra. Thamires Bride explicou que a proposta é promover conscientização sobre a importância dos observadores de bordo e da geração de dados.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

A Sra. Thaíza Barreto (SINDIPI) sugeriu incluir também as entidades representativas dos armadores, destacando sua atuação no apoio aos embarques. A recomendação foi ajustada e aprovada pelos participantes.

“REC 08/2026: Avaliar a viabilidade de realizar reuniões extraordinárias do CPG Atuns e Afins previamente às reuniões intersessionais da ICCAT, quando pertinente. Responsabilidade: MPA e Delegação Brasileira da ICCAT. Prazo: Fluxo contínuo”.

O Sr. Cadu Villaça sugeriu que fosse atribuição apenas do MPA pois a Delegação Brasileira é muito incerta. O Sr. Alex comentou que está em construção uma norma para regulamentar isso, porém deve haver um alinhamento interno para regularizar o fluxo. Com pequena modificação, a recomendação foi aprovada.

A Sra. Sandra Souza questionou se haveria alguma outra recomendação a ser inserida, referente às discussões realizadas durante a reunião.

A Sra. Cláudia Zagaglia propôs uma REC sobre aprimorar o controle de juvenis por meio da melhor distinção entre espécies (YFT, BET e BLF) e da incorporação de dados das indústrias enlatadoras ao processo de reporte. Destacou que essas informações podem complementar falhas dos registros de bordo, contribuindo para qualificar os dados pesqueiros e aperfeiçoar a avaliação e gestão dos estoques.

Em sequência, houve ampla discussão sobre a incorporação e o aprimoramento do uso de dados biológicos e biométricos oriundos das indústrias pesqueiras para qualificar as estatísticas de atuns e afins e subsidiar os reportes à ICCAT.

A Sra. Mônica Peres (ICMBio) sugeriu ampliar o escopo para incluir informações sobre espécie, tamanho e origem dos exemplares.

O Sr. Cadu Villaça destacou que o setor já dispõe de dados detalhados por espécie, peso e origem, colocando-os à disposição do GTC, mas ponderou que o tema deveria avançar inicialmente como cooperação técnica, e não recomendação formal do CPG.

A Sra. Laís Pestana (ABIPESCA) lembrou REC 06/2024B, sobre o repasse de dados biométricos e defendeu o fortalecimento desses instrumentos, evitando interpretações equivocadas sobre coleta direta dentro das plantas industriais.

O Prof. Rodrigo Sant’Ana (GTC) enfatizou que a medição direta dos exemplares nas indústrias ainda é indispensável para gerar relações peso-comprimento confiáveis e integrar



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

informações sobre origem, petrecho e captura, destacando que tecnologias futuras, como câmeras e inteligência artificial, dependerão de calibração prévia com supervisão humana.

O Sr. Torquato Pontes (SINDIPESCA-RS) reforçou que a indústria já possui ampla base de rastreabilidade, sendo necessários apenas ajustes para ampliar a coleta de medidas em tunídeos.

A Sra. Cláudia Zagaglia sugeriu que as indústrias conserveiras disponibilizem amostras de seus dados para comparação com mapas de bordo e mapas de produção, permitindo avaliar inconsistências e aprimorar a qualidade das estatísticas enviadas à ICCAT.

O Sr. Cadu Villaça reiterou sua posição contrária à formalização imediata de uma recomendação, defendendo a construção prévia de um protocolo conjunto e ressaltando que os dados industriais podem subsidiar futuras curvas de conversão entre peso processado e comprimento.

O Sr. Alex Lira apoiou essa cautela, sugerindo que o tema fosse trabalhado paralelamente antes de gerar obrigações formais. O Sr. Rodrigo Hazin concordou que o GTC deveria primeiro apresentar um modelo técnico.

Após as modificações e consenso entre os participantes, deliberou-se pela aprovação da recomendação: “Apresentar propostas de protocolo para coleta de dados biológicos pelas empresas pesqueiras”, sob responsabilidade do GTC, com prazo até a 11ª reunião ordinária do CPG Atuns e Afins.

A Sra. Sandra agradeceu as contribuições e encerrou a pauta. Após as discussões, foram compiladas as nove [recomendações da 9ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins](#), as quais se encontram na tabela abaixo:

RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL (Nome/instituição)	PRAZO PARA ATENDIMENTO*
REC 01/2026: Realizar reunião extraordinária no dia 24 de abril de 2026, com pauta única referente à Instrução Normativa IBAMA nº 9, de 26 de março de 2026, para apresentação do IBAMA de esclarecimentos sobre a norma, bem como dos subsídios técnicos e do respectivo processo administrativo. Convidar Anvisa e SDA/MAPA	Secretaria Executiva CPG Atuns e Afins	Abril de 2026
REC 02/2026: Convidar o Departamento de Oceano e Gestão Costeira do MMA e SECIRM/MB para alinhamento sobre o BBNJ	Secretaria Executiva CPG Atuns e Afins	Próxima reunião ordinária



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

e o Departamento de Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros para apresentação do ZOOPACAS.		
REC 03/2026: Revisar a Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 7, de 30 de outubro de 2014, incluindo a definição do protocolo de análise da largada noturna, com especificação dos dados a serem utilizados e da metodologia a ser adotada, conforme subsídios do GTC Atuns e Afins, e em atenção a REC 11/2024 e as recomendações da ICCAT.	MPA e MMA	Segundo semestre de 2026
REC 04/2026: Realizar painel de discussão sobre espécies cuja exploração possa ser incentivada.	MPA	Ao longo de 2026
REC 05/2026: Avaliar a publicação de medidas de ordenamento, monitoramento e fiscalização específicas para as espécies de atuns e afins com limite de captura.	MPA e MMA	Fluxo contínuo
REC 06/2026: Incluir, nos painéis de monitoramento das espécies, os históricos de produção de anos anteriores, número de mapas de bordo e cruzeiros.	MPA	Ao longo de 2026
REC 07/2026: Realizar <i>workshops</i> entre armadores, pescadores, pesquisadores, entidades do setor pesqueiro e governo sobre os Observadores de Bordo.	MPA	Fluxo contínuo
REC 08/2026: Avaliar a viabilidade de realizar reuniões extraordinárias do CPG Atuns e Afins previamente às reuniões intersessionais da ICCAT, quando pertinente.	MPA	Fluxo contínuo
REC 09/2026: Apresentar proposta de protocolo para coleta de dados biológicos pelas empresas pesqueiras.	GTC Atuns e Afins	11ª Reunião Ordinária do CPG Atuns e Afins

*Trata-se do prazo para dar início às tratativas da recomendação.

15. APRESENTAÇÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES DO CPG ATUNS E AFINS 2026

A Sra. Sandra Souza, Secretária Executiva do CPG Atuns e Afins, apresentou o calendário de reuniões previstas para 2026, informando que são quatro reuniões, conforme tabela abaixo.

Reunião	Data	Local
9ª Reunião Ordinária	01 e 02 de abril de 2026	Brasília/DF
10ª Reunião Extraordinária	24 de abril de 2026	Online
10ª Reunião Ordinária	06 e 07 de outubro de 2026	Vitória/ES
11ª Reunião Ordinária	15 e 16 de dezembro de 2026	Rio Grande do Norte



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Acordadas as datas, informou que seriam publicadas no site do MPA e sobre a possibilidade de modificação das datas ao longo do ano. Os Participantes concordaram com o calendário.

12. ENCERRAMENTO

A Secretária Executiva, então, agradeceu a participação de todos que acompanharam a reunião, tanto os que se deslocaram para ir presencialmente quanto os que acompanharam virtualmente, concluindo que se tratou de uma reunião tranquila. Solicitou aos que estavam virtualmente que abrissem suas câmeras para registro da foto oficial e, em sequência, encerrou a reunião.